

REAGREGANDO O ESPAÇO: ALCANCES DA TEORIA ATOR-REDE NOS ESTUDOS URBANOS

Cecília Reis Alves dos Santos

Bacharel e mestranda em Arquitetura e Urbanismo pela UFMG

Email: ceciliaarquitetura@gmail.com

Luciana Maciel Bizzotto

Bacharel em Economia e mestranda em Arquitetura e Urbanismo pela UFMG

Email: bizzotto.lu@gmail.com

Júlia de Carvalho Nascimento

Bacharel em Economia e mestranda em Arquitetura e Urbanismo pela UFMG

Email: juliacnascimento@gmail.com

1. Introdução

Nos últimos 30 anos, a teoria social sofreu profundas transformações, gerando transbordamentos para a teoria urbana. As formulações críticas dos estudos urbanos e regionais de cunho marxista, bem como as explicações totalizantes e estruturalistas da sociedade, têm sido substituídas por abordagens que enfatizam as relações em detrimento do conhecimento científico estritamente focado no sujeito humano. O relacionismo provindo do pensamento pós-estrutural, nesse sentido, também representou uma crítica à visão antropocêntrica de mundo - aquela que teve suas origens na cosmologia judaico-cristã e colocava o homem no centro do universo. Esse novo pensamento passou a incorporar atores não-humanos como elementos essenciais para a compreensão do social. Objetivamos, nesse artigo, refletir sobre como uma das teorias advindas do pensamento pós-estrutural, a Teoria Ator-Rede (TAR), pode trazer novas perspectivas para os estudos urbanos. Essa escolha se justifica pela potência que a TAR apresenta como teoria relacional que tem sido inserida em algumas análises que buscam compreender a produção do espaço contemporâneo.

As teorias sobre o urbano foram, em grande parte, norteadas pelo pensamento estruturalista, que o entende como um fenômeno social provindo do processo de acumulação capitalista (LEFEBVRE,

1999). Essas teorias, no entanto, também reconheceram quão complexa e multidisciplinar deve ser pensada a *totalidade* do fenômeno urbano (LEFEBVRE, 1999, p. 60), já que “sua complexidade ultrapassa os meios do conhecimento e os instrumentos da ação prática”. No entanto, a compreensão do urbano nunca se limitou a uma área do conhecimento específico; pelo contrário, a construção de conhecimento sobre o urbano e os métodos de planejamento sempre recorreram a múltiplas perspectivas científicas - das ciências humanas às ciências biológicas e exatas.

Lefebvre (1999) afirma que a ciência, fragmentada em disciplinas especializadas no urbano (sociologia urbana, economia urbana, história urbana, ecologia urbana, etc), não constitui um conhecimento sobre o fenômeno urbano, mas apenas contribui para a sua incompreensão enquanto uma totalidade. Por um lado, os estudos sobre o urbano deveriam agregar diversas perspectivas de conhecimento científico, por outro esse conhecimento se encontra cada vez mais dividido, dificultando a transversalidade epistemológica.

Outra questão relativa aos limites epistemológicos para os estudos urbanos é o fato de que, assim como toda a ciência moderna, se dividiram entre estudos da *natureza* e da *sociedade*. Encarado como um fenômeno social, o urbano pode ser compreendido por diversas óticas de análise da sociedade, como as relações de produção capitalistas, relações de poder e culturais - todas focadas nas relações entre humanos. Quando os estudos sobre a natureza têm as cidades como objeto de análise - tais como os estudos de geografia, física, biologia, climatologia, etc - a natureza é encarada ou como um recurso (exemplo da água) ou como um fator exógeno que pode ou não interferir nas práticas sociais que se constituem no urbano (exemplo do clima). Tanto na perspectiva social quanto na da natureza, é sempre o humano o principal ator do urbano.

Além da centralidade no humano, essa divisão também encontra grandes obstáculos na própria constituição dos eventos que, na verdade, são híbridos de naturezas/culturas. Se hoje vivemos a maior crise hídrica de São Paulo, suas origens são políticas, porque o governo não investiu em infraestrutura; sociais, porque os pobres são os mais afetados; culturais, porque a sociedade deve economizar mais água; e, finalmente, naturais porque não há como ter controle sobre o regime das chuvas. Em *Jamais fomos modernos*, Latour (2013) argumenta que o rompimento entre natureza/cultura passou a ser incapaz de explicar novas questões relativas à contemporaneidade, como o buraco na camada de ozônio, os embriões congelados ou os organismos geneticamente modificados. Segundo o autor, o conhecimento moderno se fundou nessa divisão, e, nesse sentido, é preciso questionar este paradigma fundador para que possamos compreender nosso mundo atual.

Assim, a crise epistemológica, caracterizada pela fragmentação do conhecimento científico, tem revelado sua incapacidade de compreensão da complexidade do fenômeno urbano e das novas questões no que se refere à crise urbana contemporânea. Essa crise se revela tanto em uma dimensão

social quanto natural, já que evidencia problemas culturais, políticos, econômicos e ambientais inerentes ao processo de urbanização mundial. Uma vez que a ciência moderna se divide entre os conhecimentos da “*sociedade*” e da “*natureza*”, a solução para a crise urbana, composta por elementos tanto de uma quanto da outra, ainda permanece distante.

Se, para Lefebvre (1999), o pluralismo epistemológico pode representar um caminho para a compreensão da totalidade do fenômeno urbano, para Latour (2013), a epistemologia moderna já atingiu seus limites. Segundo Latour (2013), a tentativa de separação entre o conhecimento da sociedade e da natureza produz uma interminável “proliferação dos híbridos” - misturas de naturezas/culturas. Latour (2013) afirma que a modernidade nunca se constituiu plenamente, uma vez que essa distinção ontológica sempre produziu mistos que a própria ciência nunca conseguiu dar conta. Assim, para Latour (2013), enquanto não superarmos a distinção entre natureza e cultura - ou humano/não-humano - nossas atividades serão uma contínua construção de problemas e situações interpretadas como possuindo natureza fragmentada, como científica, política, social, econômica, ideológica, etc.

As sociedades “pré-modernas”, segundo Latour (2013), não permitem a proliferação de “híbridos”, pois não concebem o mundo dentro dessa separação ontológica. Os povos ameríndios, por sua vez, de acordo com Viveiros de Castro (2002), consideram a existência de apenas uma cultura e diversas naturezas. O perspectivismo ameríndio representa, assim, uma cosmologia diametralmente oposta à cosmologia de mundo ocidental e sua contribuição central é o reconhecimento de que existem outros mundos que não distinguem natureza e cultura tal qual as distinguimos.

Nesse sentido, não se trata mais de buscar, através da ciência moderna, meios de compreensão do social - e assim, do urbano - uma vez que ele é constituído por naturezas/culturas diversas. Romper com a epistemologia moderna significa considerar novos elementos não-humanos para compreender a constituição do social, e assim assumir uma nova ontologia que não faça distinção entre a cidade como forma espacial, unidade econômica e formação cultural.

No presente artigo, o urbano será entendido como um fenômeno social, ou um coletivo de associações. Esse reconhecimento implica considerar fundamental o aspecto relacional, a abertura a novas entidades, inclusive aos *atores não-humanos*, na constituição do social - e assim, do urbano -, e reduzir a centralidade do humano como único agente que atua e determina as mudanças sociais. Para melhor compreender essa virada ontológica, iremos retornar para a Teoria Ator-Rede (TAR), que procurou incorporar suas consequências para a análise do social.

2. Teoria Relacional e os novos modos de conceber o espaço

A ideia de “relação” é defendida por Roy Wagner, pois ela “é mais apropriada à conciliação de duas entidades ou pontos de vista equivalentes do que noções como “análise” ou “exame”, com suas pretensões de objetividade absoluta” (WAGNER, 2010, p. 29). Aplicada aos estudos urbanos, a noção de relação, própria do pensamento pós-estruturalista, faz com que a cidade seja lida como a soma de conexões espaciais, como uma entidade relacional.

Dorren Massey (2008) propõe noções de espaço relacional em contraposição às visões estruturalistas. A autora centra o debate na maneira como pensamos o espaço, pois ela defende que “o espaço modula nosso entendimento do mundo, nossas atitudes frente aos outros, nossa política” (MASSEY, 2008, p. 15). Nesse sentido, uma imaginação espacial fracassada é incapaz de lidar com os desafios contemporâneos do espaço. Algumas abordagens se tornam problemáticas: espaço conceituado como uma superfície, exposição/ representação de diferentes momentos no tempo, recipiente de identidades já constituídas ou um holismo completamente fechado.

Como alternativa, Massey (2008, p. 29) apresenta três proposições: “espaço como produto de inter-relações [...]; como a esfera da possibilidade da existência da multiplicidade [...]; como estando sempre em construção”. Esses aspectos se combinam. O espaço é constituído de interações, ou seja, para que ele exista, é fundamental a coexistência de distintas trajetórias, de heterogeneidade. E as relações, sempre embutidas em práticas materiais que se efetivam, fazem do espaço algo aberto, inacabado, num processo de fazer-se.

Ora, se o espaço é aberto, o futuro também é. Não cabe falar de determinismo econômico, cultural ou social. Os resultados são imprevisíveis, indeterminados, com direções desconhecidas. Essa compreensão interfere nos modos como certas questões são formuladas, pois, sem a determinação do futuro, há uma abertura efetiva para uma política que possa fazer diferença. Para Massey:

“pensar no espaço de um modo específico pode perturbar a maneira como certas questões políticas são formuladas, pode contribuir para argumentações políticas já em curso e – mais profundamente – pode ser um elemento essencial na estrutura imaginativa que permite, em primeiro lugar, uma abertura para a genuína esfera do político.” (MASSEY, 2008, 30).

Ash Amin (2007), também a partir de uma teoria relacional, propõe uma nova sociologia urbana, que não se reduza nem às pessoas nem ao lugar, mas que seja relacional e trans-humana. Isso implica novas abordagens. A cidade passa a ser considerada, por exemplo, o local onde diferenças são colocadas próximas e onde múltiplas redes se cruzam. Além disso, Amin reconhece as interdependências entre os seres humanos e não-humanos, fazendo com que a cidade seja o lugar onde elementos tecnológicos, biológicos e humanos se combinam. Cabe a essa nova sociologia urbana examinar as várias

redes espaciais em que as cidades estão envolvidas para, assim, entender a força dessas redes e sua justaposição sobre dinâmicas locais.

3. Fundamentos da Teoria Ator-Rede: bases para uma teoria urbana relacional

A Teoria Ator-Rede (TAR), desenvolvida a partir da década de 1980 por autores como Bruno Latour, John Law e Michel Callon, rompeu com o pensamento moderno e propôs outra forma de se pensar a sociedade e a natureza. Para isso, não só os conceitos foram revisados, como também as entidades que formam o social.

Bruno Latour (2012) contrapõe a TAR a uma visão convencional que denominou *sociologia do social*. Nessa abordagem, o social se limitava às sociedades modernas e aos humanos e era uma esfera específica da realidade, assim como a economia e a política. A sociedade, além de ser autogerada e autoexplicativa, teria durabilidade produzida por ela própria, o que seria possível graças à estabilidade dos vínculos sociais. Os atores sociais, por sua vez, seriam incapazes de perceber seu próprio contexto ou as razões para suas atitudes, as quais seriam determinadas pela sociedade ou por um poder inconsciente. Assim, somente os pesquisadores poderiam decifrar a força social que obrigava os atores a agir. Mas, para Latour (2012, p. 79), “na maioria dos casos, as explicações sociais não passam de um acréscimo supérfluo e, em vez de revelar forças por trás da mensagem, dissimula o que foi dito”.

Em oposição à sociologia do social, Latour (2012) propõe a *sociologia de associações*. Para se referir ao mundo comum, em vez de adotar o termo sociedade, o autor faz uso do conceito de *coletivo*. Uma das razões disso é permitir que novas entidades sejam reunidas: para além dos humanos, elementos não-humanos também são reconhecidos como atores na formação do coletivo. Na sociologia de associações, ator é qualquer coisa que modifica uma situação fazendo diferença, é *o que e quem* participa de uma ação. Desde o surgimento da TAR, os não-humanos foram incorporados nos estudos, não como projeções simbólicas ou pano de fundo, mas como atores completos. Eles deixam traços, fornecem informações, produzem efeitos visíveis em outros atores e, com isso, aparecem nos relatos.

O termo *ator-rede* é usado para ressaltar que um ator nunca age sozinho, pois sua ação é induzida “por uma vasta rede, em forma de estrela, de mediadores que entram e saem. São muitas conexões que lhe dão existência: primeiro os vínculos, depois os atores” (LATOUR, 2012, p. 312). Assim, a atenção deve se voltar não somente para os atores, mas também para a *associação* entre eles. E é essa relação a responsável por manter vivo o coletivo. A sociedade, portanto, é tratada como *consequência*, não como *causa* da associação. O social passa a se referir a uma “série de associações entre elementos heterogêneos. [...] um tipo de conexão entre coisas que não são, em si mesmas, sociais” (LATOUR, 2012,

p. 23). Entende-se que os vínculos não são duráveis, mas sim frágeis, incertos, controvertidos, mutáveis e, por isso, o coletivo se transforma com rapidez.

O slogan da TAR é “seguir os próprios atores” com o objetivo de descobrir “o que a existência coletiva se tornou em suas mãos, que métodos foram elaborados para sua adequação, quais definições foram melhor esclarecidas as novas associações que eles se viram forçados a estabelecer” (LATOURE, 2012, p. 31). Em inglês, a palavra “formiga” e o acrônimo referente ao nome da teoria (Actor-Network Theory) são iguais: ANT. A partir disso, são feitas comparações entre o animal e o pesquisador: devido à miopia da formiga, a distância crítica cede lugar à proximidade; como uma formiga que fareja as trilhas, o pesquisador passa a rastrear as pistas deixadas pelos atores a fim de registrar e descrever as ações.

Para Latour (2012), a fonte das ações é incerta. Mas, em vez de buscarmos apressadamente esclarecer a causa das ações, a incerteza deve permanecer para que as entidades que atuam naquela realidade possam ser identificadas. Um poder abrangente ou forças invisíveis cedem lugar a vínculos menores que podem ser rastreados. Isso é possível porque a ação deixa traços, faz diferença, entra em relatos, ou seja, causa transformação. As associações são mapeadas e explicadas por meio de redes traçadas, pois “explicar não é um feito cognitivo misterioso, mas um empreendimento [...] que consiste em ligar entidades a outras entidades, ou seja, em traçar uma rede” (LATOURE, 2012, p. 152). Assim, a rede seria uma ferramenta usada para descrever algo, e não aquilo a ser descrito. Trata-se de um processo de alisar a paisagem, de construção de uma cartografia bidimensional, o que garante uma melhor visibilidade dos novos vínculos. Na próxima seção, iremos desenvolver, portanto, como esse e outros instrumentos podem ser utilizados na análise do social, dando vida à TAR.

4. Teoria Ator-Rede em ação: cartografia das controvérsias no mapeamento de redes.

O ponto de partida do sociólogo das associações são as controvérsias. A fim de aplicar a TAR e torná-la mais acessível a estudantes, Latour desenvolveu o método da *cartografia das controvérsias*, usado para explorar e visualizar questões referentes ao social. O termo “controvérsia” se refere a incertezas que são compartilhadas, ou seja, quando há acordo quanto ao desacordo. Esse espaço de conflito e negociação é a situação apropriada aos estudos da TAR porque nele a vida coletiva é feita e desfeita. Os atores percebem que não podem se ignorar mutuamente e precisam assumir um compromisso para viverem juntos (VENTURINI, 2010).

Na cartografia das controvérsias, ideias sólidas e estáveis passam a ser questionadas e discutidas. Mesmo quando uma questão é encerrada, outra controvérsia surge referente ao como e por que

esse fechamento aconteceu. Os atores abrem as *caixas-pretas* e vão “em direção às condições que produziram as afirmações” (LATOUR, 2000, p. 54), ou seja, observam tudo o que está atado às controvérsias. Nesse processo, os seguintes questionamentos devem ocorrer: “(a) como são feitas as atribuições de causas e efeitos; (b) que pontos estão interligados; (c) que dimensões e que força têm essas ligações; (d) quais são os mais legítimos porta-vozes; (e) como todos esses elementos são modificados durante a controvérsia” (LATOUR, 2000, p. 331).

Tommaso Venturini (2010) estabelece a diferença entre a TAR e outras teorias sociais. Segundo o autor, a tarefa de “observar e descrever” é comum, mas, na cartografia das controvérsias, a tarefa do pesquisador deve ser *apenas* observar e dizer o que se vê. O acréscimo da palavra “apenas” gera consequências. Na cartografia das controvérsias, a teoria e a metodologia não são impostas ou pré-estabelecidas. Ao contrário, o pesquisador usa as ferramentas que forem necessárias. E, quanto mais diversificadas elas forem, mais perspectivas serão consideradas e, conseqüentemente, mais objetiva será a observação. Além das teorias, as observações dos próprios atores são incorporadas como novas perspectivas. Venturi reforça que eles se tornam não só informantes, mas *investigadores*. Suas falas e ideias, ainda que não baseadas nos pressupostos científicos, se tornam merecedoras de todo respeito e consideração. Contudo, multiplicar os pontos de observação diminui, mas não anula a parcialidade da pesquisa. Nesse sentido, o papel da cartografia das controvérsias é apresentar diversas parcialidades e, ao invés de fechar as controvérsias, mostrar suas diferentes formas de estabilização.

Para Latour (2012, p. 30), “dispersão, destruição e desconstrução não são objetivos a atingir e, sim, obstáculos a superar. Bem mais importante é descobrir novas instituições, procedimentos e conceitos capazes de coletar e reagrupar o social”. Nesse sentido, a pesquisa teria o papel de tornar visível o que existe em comum, “as conexões graças às quais estamos agrupados, o modo como poderemos viver num mesmo mundo” (LATOUR, 2012, p. 202). Resta-nos compreender como essas ideias podem ser aplicadas aos estudos urbanos, o que será tema da próxima seção.

5. Implicações da Teoria Ator-Rede para os estudos urbanos.

A TAR, ou teoria das associações, se desdobrou em outros estudos direcionados às diferentes áreas do conhecimento. A teoria das *urban assemblages* (FARIÁS, 2011) é uma tentativa de introduzir a abordagem sociotécnica de Bruno Latour aqui apresentada para os estudos urbanos. Esta iniciativa advém da compreensão de que as propostas clássicas do urbanismo crítico e da economia política da urbanização eram insuficientes para compreender as cidades. Segundo Farías (2011), esta nova abordagem se constrói a partir da adoção de uma compreensão relacional entre poder e conhecimento, substituindo a ideia da

crítica pela noção da *investigação*. No entanto, não se trata de uma ação ingênua sem juízo de valor, mas de uma tentativa mais aberta de explorar e se relacionar com o mundo. Assim, do contrário do que os urbanistas críticos afirmam, a investigação não se coloca em desacordo com uma crítica, apenas com aquela comprometida mais com a teoria do que com a prática.

Desse modo, Fariás (2011) aponta que os estudos urbanos não devem servir apenas para produzir teorias (melhores ou piores) que descrevem e analisam a vida na cidade, mas estão ativamente envolvidos com sua produção performativa. O objetivismo ingênuo está presente, por sua vez, em uma perspectiva que, ao assumir livre acesso aos fatos reais e contradições da vida urbana, revelando suas estruturas ocultas, acredita ser capaz de combater as forças do poder. Para os teóricos da *urban assemblages*, a empiria irá se apresentar como a principal parceira desse novo método de estudos urbanos: as teorias que surgem a partir da TAR, para além de assumir uma virada ontológica, propõem uma nova metodologia requerida para estudar a cidade.

Segundo Fariás (2011), a visão de Lefebvre contribuiu com o debate desta virada epistemológica, ao reconhecer no capitalismo uma revolução urbana que se sustentava a partir da expansão do espaço urbano – e não mais dos processos econômicos advindos da industrialização. Porém, a maioria dos estudos da economia política da urbanização se debruçou em estudar o capitalismo na escala das cidades, ao invés da cidade propriamente dita. Desse modo, questões como *o que é a cidade, do que é feita a vida urbana e como as cidades se organizam* ficaram em segundo plano. Para o autor, estudar as cidades não se trata de uma questão de escolha, uma vez que, no mundo atual, outros elementos surgiram que contribuiriam de maneira tão enriquecedora quanto para compreender a expansão do capitalismo - como a economia digital e os processos de financeirização da economia. Portanto, o foco na cidade deve se justificar no compromisso com uma investigação positiva do processo de urbanização propriamente dito.

Assim, o olhar para a cidade se justifica ao garantir uma melhor compreensão do capitalismo como uma *forma de vida*, como um processo concreto que assume múltiplas formas de habitar e construir o espaço urbano. Pensar em uma noção de espaço dinâmico, construído a partir de redes de práticas sociais, é a proposta do *urban assemblages*. Contudo, esse pensamento, baseado em uma ontologia simétrica, fluida e plana, não pressupõe a ausência da compreensão de assimetrias, desigualdades, injustiças ou dominações. Pelo contrário, pretende revelar as práticas e os processos que reproduzem tais assimetrias na distribuição dos recursos e dotam os atores (humanos e não-humanos) de poder e capacidade de agenciamentos, ao invés de presumir uma explicação estrutural para tal.

Pensar no espaço e na escala como produtos que, de alguma forma, se tornam independentes das práticas e dos processos que os originaram - isso é o que

crystalização e estruturação significam - pode levar a cair na armadilha de fetichismo, no sentido de levar por ontologicamente autônomo algo que é, na verdade, um tipo de rede de práticas real. [...] Mais que uma estrutura subjacente ou um contexto estrutural, o espaço surge como um efeito relacional. E isso, mais uma vez, faz com que seja necessário mudar o foco de "o" espaço da cidade para as múltiplas urban assemblages em que as topologias urbanas são feitas e refeitas.¹ (FARIAS, 2011, p. 370, tradução nossa).

Rebatendo as críticas de que a TAR, e por consequência, as *urban assemblages*, não teria um posicionamento político, Farias defende que sua pretensão não é apontar um caminho da teoria e prática revolucionária, mas, sim, redefinir a democracia para a prática participativa, reconhecendo a representatividade dos atores sociais como atores políticos. A noção do direito à cidade de Lefebvre (2006) é, aqui, retomada como o direito ao acesso à participação, desenvolvendo capacidades e criando espaços públicos capazes de promover o engajamento na produção do conhecimento e compreensão do mundo comum. Para tanto, a introdução dos objetos, da natureza e dos elementos não-humanos se faz mister no delineamento das controvérsias que definirão este mundo – ou, neste caso, as cidades.

Para McFarlane (2011), ainda que não haja um consenso entre os estudiosos da corrente *urban assemblages* sobre como fazer uso da TAR, há um acordo implícito de que o cerne da análise do urbano se encontra nas interações – definidas pela simbiose mútua, e não pela simples relação entre partes - ou entre componentes humanos e não-humanos. O autor destaca a ênfase da teoria nos processos de reassembling, apontando para outras formas nas quais o urbanismo – e o próprio mundo – podem ser produzidos. A partir dos estudos urbanos, seria possível, portanto, traçar, agregar e produzir novas formas de associação e espaços de elaboração política.

Em uma coletânea organizada por Farias em parceria com o historiador Thomas Bender, *Urban assemblages: how actor-network theory changes urban studies*, os autores propõem reunir trabalhos que importaram ferramentas da TAR para estudos urbanos, em uma tentativa de transpor uma “ontologia fechada, estável e homogênea da cidade” (ROCHA, 2013). Assim sendo, os autores estão preocupados em apresentar como a TAR pode mudar os estudos urbanos e o olhar para a cidade, afirmando que este exercício tem sido pouco praticado entre os teóricos do urbanismo. Em um mix de trabalhos de instituições de oito países (de três continentes), o livro reúne diferentes abordagens da TAR para lidar com assuntos urbanos diversos - a arte como performance na cidade, a análise escalar do espaço, a coprodução da cidade, a mobilidade urbana, a arquitetura, o turismo, a tecnologia e, até mesmo, a literatura. Segundo Rocha (2013), a principal contribuição da obra se encontra na ênfase que dedica a uma

¹ To think about space and scale as products that somehow become independent from the practices and processes originating them—this is what crystallization and structuration means—might lead to fall into the trap of fetishism, in the sense of taking for ontologically autonomous something which is rather a quality of actual networks of practices. [...] Rather than an underlying structure or a structural context, space thus appears as a relational effect. And this, again, makes it necessary to change the focus from ‘the’ space of the city to the multiple urban assemblages in which urban topologies are made and remade.

nova ontologia que deve reger a compreensão das cidades, a qual propõe um olhar para a cidade como uma composição, ou *assemblage*. A próxima seção apresentará um esforço de reunir alguns trabalhos produzidos no Brasil, de áreas do conhecimento distintas, que buscaram fazer este mesmo exercício.

6. A Teoria Ator-Rede e os estudos urbanos no Brasil

Na tentativa de reunir trabalhos acadêmicos produzidos no Brasil que fazem uso da TAR para compreender o espaço urbano, o que se encontra é um espectro limitado de produções. Isso é um reflexo, já identificado por Farías e Bender (2013), de como esta nova metodologia de pesquisa ou ontologia dos estudos urbanos é negligenciada. Curiosamente, esta limitação é ainda maior se focada no âmbito das áreas de Arquitetura e Urbanismo e Geografia, de maneira que esta discussão se faz mais presente em autores que dialogam com estas áreas dentro da sociologia ou da antropologia (FLEURY, 2013). De todo modo, parte dos trabalhos que fazem uso da TAR são produzidos nas áreas de Educação (FARIA, 2014), Comunicação (SOUZA, 2012) e Engenharia (RHEINGANTZ, 2000) – em especial, tratando-se da importância da teoria nos estudos sobre Ciência e Tecnologia. A seguir, apresentamos alguns desses trabalhos de modo a elucidar como tais associações têm sido realizadas na academia.

A dissertação de Paulo Victor de Sousa (2012), intitulada *Mapas Colaborativos na internet: um estudo de anotações espaciais dos problemas urbanos*, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura Contemporânea da Universidade Federal da Bahia (UFBA), tem como objetivo compreender a “forma como os cidadãos abraçam suas cidades ao invés de (apenas) serem por elas abraçados” (SOUSA, 2012, p.10). Para tanto, o autor propõe estudar a construção de mapas colaborativos na plataforma virtual, que se tornou possível a partir da proliferação de ferramentas cartográficas abertas e fáceis de manusear que permitiram ao cidadão falar sobre a cidade em que vive. O autor quer descobrir como os mapas colaborativos possibilitam o processo de reterritorialização e criação de discursos sobre os lugares.

Diante da infinidade de informações possíveis de captar a partir dos mapas colaborativos produzidos na internet, Souza (2012) se restringiu a trabalhar com aqueles que representassem os problemas urbanos diversos da vida cotidiana, como crime, dificuldades no trânsito ou poluição sonora, trabalhando com os servidores da WikiCrimes, Urbanias, Buracos de Fortaleza e WikiBarulho. A utilização da metodologia da TAR se traduziu, aqui, na prática da descrição de objetos e processos, propondo a cartografia de controvérsias como ferramenta capaz de abrir caixas-pretas e relativizar

conceitos já cristalizados. Este processo permitiu, assim, que o autor compreendesse o processo de recriação dos lugares por meio do mapeamento coletivo.

Para Souza (2012), ainda que os problemas urbanos apresentados em sua pesquisa pudessem ter sido exprimidos de outras formas - como em reportagens, panfletagens ou manifestações de rua – os mapas, ao serem construídos em conjunto e simultaneamente, permitem reproduzir as disputas entre grupos pelo espaço urbano, por meio da comunicação. Desse modo, os mapas colaborativos atuam como mediadores entre os cidadãos e a cidade. A aplicação da TAR, em sua análise, garantiu duas problematizações: a da atuação em rede dos diversos indivíduos conectados e o fato de que alguns desses elementos atuam de modo decisivo na constituição de uma rede de colaboração, o que advém da diferenciação de intermediários e mediadores de Latour.

Em *Disputas cosmopolíticas e conflito ambiental na Amazônia brasileira, a partir da construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte*, artigo apresentado na IV Reunião de Antropologia da Ciência e Tecnologia (REACT) e que resultou da tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGS/UFRGS), Lorena Cândido Fleury (2013) faz uso da rede sociotécnica definida por Latour para apresentar uma cartografia dos agentes envolvidos no conflito estabelecido em torno da construção da hidrelétrica de Belo Monte na região amazônica, articulando ambientalistas, comunidades indígenas, agricultores, ribeirinhos, acadêmicos comunidades, rios, animais e matas, que possuem diferentes prioridades na construção de um mundo comum. A autora discute, assim, a configuração de pontos de vista divergentes que caracterizam uma disputa cosmopolítica pela definição que se tem de “ambiente” e “desenvolvimento”.

Sendo assim, discutindo uma política pública local a ser implementada pelo governo brasileiro sob um discurso desenvolvimentista focado em uma escala mais ampla de reprodução, Fleury (2013) procura, a partir de uma análise proveniente da TAR, identificar as diferentes controvérsias que se apresentam em torno da questão e como essas interferem na produção daquele espaço. A autora inclui, assim, em sua análise, importantes atores não-humanos participantes desse processo, como o rio Xingu. Para Fleury (2013), sua pesquisa permitiu compreender que a transposição da lógica que determina ações, como a do caso de Belo Monte, “passa, necessariamente, pelo reconhecimento de que pode haver mais formas de existir, mais mundos ou mais realidades do que admite a lógica de Estado imbuída da razão moderna” (FLEURY, 2013, p.24).

Por fim, o trabalho de Grazielle Nunes de Azevedo (2014), por sua vez, apresenta uma tentativa de aplicação da abordagem da TAR em um estudo urbano propriamente dito. Em *Inércia versus Inovação: a produção residencial multifamiliar contemporânea em Belo Horizonte e São Paulo*, dissertação apresentada ao Núcleo de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade

Federal de Minas Gerais (NPGAU/UFMG), a autora propõe criticar a padronização do projeto arquitetônico disseminada que gera efeitos em escalas distintas, do edifício à cidade. A partir da metodologia do mapeamento de controvérsias, inserida no escopo da TAR, Azevedo problematiza a produção contemporânea dos edifícios residenciais multifamiliares no Brasil, tendo como recorte empreendimentos oferecidos pela iniciativa privada nos últimos dez anos nas cidades de Belo Horizonte e São Paulo. A escolha da teoria advém da necessidade de identificar as ações e os interesses dos múltiplos atores que se articulam na determinação da produção dos edifícios nas cidades brasileiras.

Dentre seus objetivos, encontra-se a proposta de mapeamento dos atores através de uma cartografia construída a partir da investigação de demandas, expectativas, subjetividades e interesses por trás do discurso, das ações e associações dos diversos atores humanos e não-humanos. Segundo a autora, “uma das possíveis respostas à problematização levantada encontra-se no fato dessa produção pressupor significados distintos para os diversos atores envolvidos” (AZEVEDO, 2014, p. 190). O uso da cartografia de controvérsias permitiu que Azevedo, a partir deste mapeamento, refletisse sobre os indícios capazes de promover “inovações conceptuais espaciais” no que tange ao seu universo de análise, a partir de exemplos que denominou “iniciativas de exceção”.

Esses trabalhos reúnem, portanto, exemplos de esforços de aplicação da TAR na análise do urbano, que não se restringe à área do Urbanismo propriamente, mas dialoga com outras áreas do conhecimento. Dois elementos se revelam aqui: o primeiro é a compreensão de que a investigação das associações que ocorrem no espaço urbano, entre atores humanos e não-humanos, é uma metodologia que complementa os estudos que pretendem entender os processos que engendram a produção do espaço; e o segundo é a constatação de que a fragmentação dos estudos urbanos em disciplinas diversas não são capazes de apreender sua totalidade, de modo que a interdisciplinaridade se faz presente e permite que áreas separadas da academia - por exemplo, a Comunicação e a Arquitetura -, possam dialogar, na tentativa de se aproximar dessa totalidade a partir do uso da TAR em suas pesquisas.

7. Conclusões

No presente artigo, discutimos as repercussões das abordagens pós-estruturalistas, em especial a Teoria Ator-Rede (TAR), para os estudos urbanos. Essas novas abordagens partem da crítica às teorias estruturalistas da sociedade, que colocam o ser humano no centro da compreensão do social, para justificar uma ruptura ontológica que passa a considerar os não-humanos como agentes sociais. Além disso, a atenção se volta às relações e ao processo de tornar-se em vez de considerar as identidades e entidades como algo estável. Na sociologia de associações, apresentada por Latour (2012), os dois

aspectos são explocados: o da incorporação dos não-humanos como atores do social e o mapeamento das associações existentes, responsáveis por manter vivo o coletivo.

Contraopondo as teorias estruturalistas, incluindo aquelas de cunho marxista, a abordagem pós-estruturalista é alvo de várias críticas, como a de que essa nova abordagem não possui um posicionamento político. Para rebater essas críticas, os defensores da teoria pós-social argumentam que a política não pode mais se restringir ao domínio dos humanos, e a “natureza” negligenciada e considerada algo externo. Mesmo quando ressaltada para se fazer política, como em alguns movimentos ecologistas, não é exatamente por ela que se reivindica, mas, sim, pelos interesses humanos. Nesse sentido, a separação entre sociedade/natureza para se pensar o social apenas contribuiu para a incompreensão de uma totalidade composta por híbridos de sociedade/natureza e, assim, para a indicação de antigos caminhos políticos que se distanciam da construção de um mundo comum.

A TAR, além da acusação de ser politicamente inocente, afirmam que ela é cínica porque acreditaria na imparcialidade das ciências sociais e seria incapaz de influenciar a vida social. Segundo Venturini (2010), A TAR reconhece suas responsabilidades e o dever das ciências sociais em contribuir para o debate público. Mas, para o autor, o problema é *qual* contribuição deve ser dada e *como*. Ao invés de ser, ou de pretender ser, imparcial, a TAR, como nos mostra o método da cartografia das controvérsias, busca apresentar o maior número de parcialidades, dando oportunidade a todos os atores de se expressarem, sem que conclusões sejam tomadas precipitadamente. Venturini ainda afirma que o maior compromisso político assumido, aqui, não é mudar o mundo, mas dar oportunidade para que outros o façam. Assim sendo, estudos urbanos recentes que adotaram a Teoria Ator-Rede nos apresentam como os elementos não-humanos são agentes indispensáveis para a construção do social em questão. E, além disso, essa nova abordagem se mostrou potente na ampliação das formas de ver a cidade em si para além dos determinismos econômicos, culturais ou sociais.

8. Referências Bibliográficas

AMIN, Ash.; THRIFT, Nigel. 2002. *Cities: reimagining the urban*. Cambridge: Polity Press.

AZEVEDO, Grazielle Nunes de. 2014. *Inércia versus inovação: a produção residencial multifamiliar contemporânea em Belo Horizonte e São Paulo*. Dissertação de Mestrado. (NPGAU/UFMG). Belo Horizonte.

FLEURY, Lorena Cândido. 2013. *Disputas cosmopolíticas e conflito ambiental na Amazônia brasileira, a partir da construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte*. In: *IV ReACT*, IV Reunião de Antropologia da Ciência e Tecnologia. Campinas.

LATOUR, Bruno. 2013. *Jamais fomos modernos*. São Paulo: Editora 34.

LATOUR, Bruno. 2012. *Reagregando o social: uma introdução à Teoria do ator-rede*. Salvador: EDUFBA; Baurú: EDUSC.

LEFEBVRE, Henri. 1999. *A Revolução Urbana*. Belo Horizonte: Ed. UFMG.

LEFEBVRE, Henri. 2011. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro Editora.

MASSEY, Doreen B. 2008. *Pelo espaço: uma nova política da espacialidade*. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

ROCHA, Rodrigo Carlos da. 2013. Resenha de livro. FARÍAS, Ignacio & BENDER, Thomas (orgs.). Urban assemblages: how actor-network theory changes urban studies. In: *Anuário Antropológico*, II.

SOUZA, Paulo Victor Barbosa de. 2012. *Mapas Colaborativos na Internet: um estudo de anotações espaciais dos problemas urbanos*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas da Faculdade de Comunicação (UFBA). Salvador.

VENTURINI, T. 2010. Diving in magma: how to explore controversies with actor-network theory. *Public Understanding of Science*, Londres, v. 19, n. 3, p 258-273.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. 2002. “Perspectivismo e multiculturalismo na América Indígena”. In: *A inconstância da alma selvagem*. São Paulo: Cossac & Naify.